

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse públicos. CPIBNDES

REQUERIMENTO Nº , 2015

(Do Sr. Alexandre Baldy)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do ex-presidente **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, para que sob compromisso, preste esclarecimento sobre o suposto tráfico de influência, para garantir empréstimos ao governo Cubano, com base na reportagem da Revista Época de 29 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF/88, legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento interno da Câmara dos Deputados) de regência, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de convocação do Senhor **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, CPF **070.680.938-68**, residência na Av. Francisco Prestes Maia, 1501, bl. 01, apto 122, Santa Terezinha, São Bernardo do Campo-SP. Para que preste esclarecimento sobre suposto tráfico de influência a fim de subsidiar os trabalhos desta **CPIBNDES**.

JUSTIFICATIVA

Reportagem exclusiva da revista Época revelou as condições facilitadas dos empréstimos do **BNDES** à empreiteira Odebrecht, que faturou US\$ 898 milhões, o correspondente a 98% dos financiamentos do BNDES em Cuba. O BNDES usou centenas de milhões de dólares nas obras do Porto de Mariel, tocadas pela Odebrecht.

CD150211007828

CD150211007828

Esse investimento foi feito com dinheiro público e se há indícios de irregularidades, a CPI deve investigar.

A revista cita que Lula atuava como lobista informal da Odebrecht. “Ele tinha acesso privilegiado tanto ao governo de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff, quanto no governo dos irmãos Castro. Entrevistas reservadas com fontes envolvidas confirmam que, o ex-presidente Lula, intermediou negócios para a Odebrecht em Cuba. E demonstra, em detalhes, como Lula fez isso: usava até o nome da presidente Dilma. Chegava a discutir, em reuniões com executivos da Odebrecht e Raúl Castro, minúcias dos projetos da empreiteira em Cuba, como os tipos de garantia que poderiam ser aceitas pelo BNDES”. Os documentos relevados pela revista mostram que sempre que o ex-presidente se encontrava com um presidente amigo, a Odebrecht obtinha mais dinheiro do BNDES para obras contratadas pelo governo visitado pelo petista. Precisamos esclarecer denúncias de tráfico de influência e os motivos por que tornou secretos documentos com informações relevantes sobre os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Brasil tem uma sociedade que não entende por que um banco destinado ao desenvolvimento social do Brasil – país que tem tantos problemas internos com saúde, educação, segurança, habitação, para além da nossa infraestrutura medíocre – deve emprestar a outros países secretamente.

Para responder a essas e outras questões, e no intuito de atender aos anseios de uma população que demanda por mais transparência e informações sobre onde e como são aplicados os recursos oriundos de seus impostos, reitero o apoio dos nossos nobres pares para aprovar esse requerimento que convoca o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que, sob compromisso, prestar seus esclarecimentos perante essa CPI do BNDES.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 2015.



- **Alexandre Baldy**
Deputado Federal

CD150211007828

CD150211007828

Documentos secretos mostram como Lula intermediou negócios da Odebrecht em Cuba.

A reportagem obteve arquivos sigilosos em que burocratas descrevem as condições camaradas dos empréstimos do BNDES à empreiteira

THIAGO BRONZATTO

28/08/2015 - 23h14 - Atualizado 28/08/2015 23h48

>> Versão reduzida da reportagem de capa de ÉPOCA desta semana

No dia 31 de maio de 2011, meses após deixar o Palácio do Planalto, o petista **Luiz Inácio Lula da Silva** desembarcou em **Cuba** pela primeira vez como ex-presidente, ao lado de **José Dirceu**. O presidente **Raúl Castro**, autoridade máxima da **ditadura cubana** desde que seu irmão Fidel vergara-se à velhice, recebeu Lula efusivamente. O ex-presidente estava entre companheiros. Em seus dois mandatos, Lula, com ajuda de Dirceu, fizera de tudo para aproximar o Brasil de Cuba – um esforço diplomático e, sobretudo, comercial. **Com dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, o Brasil passara a investir centenas de milhões de dólares nas obras do Porto de Mariel, tocadas pela **Odebrecht**. Um mês antes da visita, Lula começara a receber dinheiro da empreiteira para dar palestras – e apenas palestras, segundo mantém até hoje. Naquele dia, porém, Lula pousava em Havana não somente como ex-presidente. Pousava como **lobista informal da Odebrecht**. Pousava como o único homem que detinha aquilo que a empreiteira brasileira mais precisava naquele momento: acesso privilegiado tanto ao governo de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff, quanto no governo dos irmãos Castro. Somente o uso desse acesso poderia assegurar os **lucrativos negócios da Odebrecht em Cuba**. Para que o

CD150211007828

CD150211007828

dinheiro do BNDES continuasse irrigando as obras da empreiteira, era preciso mover as canetas certas no Brasil e em Cuba. A visita de Lula aos irmãos Castro, naquele dia 31 de maio de 2011, é de conhecimento público. O que eles conversaram, não – e, se dependesse do governo de Dilma Rousseff, permaneceria em sigilo até 2029. Nas últimas semanas, contudo, ÉPOCA investigou os bastidores da atuação de Lula como lobista da Odebrecht em Havana, o país em que a empreiteira faturou US\$ 898 milhões, o correspondente a 98% dos financiamentos do BNDES em Cuba. A reportagem obteve **telegramas secretos do Itamaraty**, cujos diplomatas acompanhavam boa parte das conversas reservadas do ex-presidente em Havana, e documentos confidenciais do governo brasileiro, em que burocratas descrevem as condições camaradas dos empréstimos do BNDES às obras da Odebrecht em Cuba. A papelada, e entrevistas reservadas com fontes envolvidas, confirma que, sim, Lula intermediou negócios para a Odebrecht em Cuba. E demonstra, em detalhes, como Lula fez isso: usava até o nome da presidente Dilma. Chegava a discutir, em reuniões com executivos da Odebrecht e Raúl Castro, minúcias dos projetos da empreiteira em Cuba, como os tipos de garantia que poderiam ser aceitas pelo BNDES para investir nas obras. Parte expressiva dos documentos obtidos com exclusividade por ÉPOCA foi classificada como secreta pelo governo Dilma. Isso significa que só viriam a público em 15 anos. A maioria deles, porém, foi entregue ao Ministério Público Federal, em inquéritos em que se apuram **irregularidades nos financiamentos do BNDES** às obras em Mariel. Num outro inquérito, revelado por ÉPOCA em abril, Lula é investigado pelos procuradores pela suspeita de ter praticado o crime de **tráfico de influência internacional** (Artigos 332 e 337 do Código Penal), ao usar seu prestígio para unir BNDES, governos amigos na América Latina e na África e projetos de interesse da Odebrecht. Sempre que Lula se encontrava com um presidente amigo, a Odebrecht obtinha mais dinheiro do BNDES para obras contratadas pelo governo visitado pelo petista. O MPF investiga se a sincronia de pagamentos é coincidência – ou obra da influência de Lula. Na ocasião, por meio do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamotto, o ex-presidente negou que suas viagens fossem lobby em favor da Odebrecht e que prestasse consultoria à empresa. Segundo Lula, suas palestras tinham como objetivo “cooperar para o desenvolvimento da África e apoiar a integração latino-americana”.

Outro lado

CD150211007828

CD150211007828

Procurado, o governador de Minas Gerais, **Fernando Pimentel**, afirma que, no período em que exerceu o cargo de **ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, “não atuou em favor de empresas, nem tampouco a pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Diz o texto que várias empresas brasileiras participaram de consulta do governo uruguai sobre o Porto de Rocha e o governo não atuou em favor de nenhuma das empresas. **A Odebrecht afirma em nota que o ex-presidente não teve “qualquer influência”** nas suas duas obras em Cuba, o Aeroporto de Havana e o Porto de Mariel. A empresa diz que as discussões sobre bioenergia com o governo cubano não avançaram, mas ainda estuda oportunidades nesse setor em Cuba, a partir da reformulação da Lei de Investimento Estrangeiro. A Odebrecht diz que a empresa na qual trabalha o ex-ministro Silas Rondeau foi uma das contratadas como parceira de estudos na área de energia. Em nota, a **assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou desconhecer o conteúdo** dos documentos aos quais ÉPOCA teve acesso. Contudo, o Planalto destaca a importância estratégica do projeto de Porto de Mariel para as relações de Brasil e Cuba. “A possibilidade crescente de abertura econômica de Cuba e a recente reaproximação entre Cuba e Estados Unidos vão impulsionar ainda mais o potencial econômico de exportação para empresas brasileiras.” **O BNDES afirma que a Odebrecht é a construtora brasileira com maior presença em Cuba**, portanto faz sentido que a maior parcela das exportações para aquele país financiadas pelo banco seja realizada pela empresa. Diz ainda que mantém com a Odebrecht **relacionamento rigorosamente igual a qualquer outra empresa**. O BNDES nega que esteja financiando projetos envolvendo direta ou indiretamente a Odebrecht no setor de energia, bioenergia ou sucroalcooleiro em Cuba. Sobre entendimento para financiamento de um porto no Uruguai, como indicou o então ministro Pimentel, o BNDES disse que não há nenhuma tratativa referente ao projeto em curso no Banco. Procurado por ÉPOCA, o **ex-presidente Lula não quis se manifestar**. Em depoimento à CPI do BNDES, o presidente do banco, Luciano Coutinho, disse que **Lula jamais interferiu** em qualquer projeto de financiamento. Os documentos obtidos por ÉPOCA mostram uma versão diferente. Caberá ao MPF e à PF apurar os fatos.

CD150211007828

CD150211007828

CD150211007828

CD150211007828